

UNIVERSIDADE DE UBERABA  
UNIUBE  
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Rityelle Renata Rezende

**A família e sua influência na construção da identidade infantil**

Trabalho de conclusão de curso

Uberaba  
2022

Rityelle Renata Rezende

**A família e sua influência na construção da identidade infantil**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à Universidade de  
Uberaba como exigência obrigatória  
para conclusão da disciplina de TCC.

Orientadora: Profa. Helena

Uberaba

2022

Dedico a Deus por sempre estar ao meu lado nos momentos mais difíceis na realização deste trabalho. A todos os meus professores da graduação do curso de psicologia, que foram de fundamental importância na construção da minha vida profissional. À professora Helena, pela sua paciência conselhos e ensinamentos que foram essenciais para o desenvolvimento do TCC. Dedico este projeto à minha família e amigos que sempre estiveram presentes direta ou indiretamente em todos os momentos de minha formação.

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer e dedicar este trabalho de conclusão de curso às seguintes pessoas:

À minha família meus avós Ivone e Nivaldo, meu pai Celso que me mantiveram forte mesmo com vários obstáculos aparecendo em meu caminho.

Agradeço ao meu namorado Victor que sempre esteve comigo, me apoiando e me incentivando nos momentos difíceis.

Às minhas orientadoras que tive o prazer de tê-las como parte deste processo Marilei e Helena com suas precisas pontuações.

A todos os docentes do curso de Psicologia da Universidade de Uberaba Uniube, que compartilharam seus conhecimentos, fazendo com que tivesse uma reflexão crítica.

Aos discentes do curso, que ao decorrer dos anos nos tornamos amigos, Sabrina Braz, Priscila, Vitor Hugo, que vivenciaram e vibraram juntamente comigo a cada vitória, nesta fase da graduação.

Aos meus amigos Kenedy e Rafaela que sempre estiveram torcendo por mim.

À Deus, que sempre ilumina meu caminho fazendo com que eu encontre a solução para os meus problemas, e por ter colocado pessoas tão especiais em minha vida. Aquele que me concede forças para superar e ultrapassar os obstáculos que vão surgindo em minha vida.

Gostaria de agradecer à todas as pessoas que estive durante todo o curso, todos os professores que sempre acreditaram em mim, e fizeram com que eu continuasse seguindo em frente. Por fim, lamento se você acha que seu nome deveria estar aqui e não está, mas todos foram muito importantes em todos esses anos na graduação. Cada um contribuiu da sua maneira para o meu crescimento.

“Você nunca sabe a força que tem.  
Até que a sua única alternativa é ser forte”  
(Johnny Depp)

## SUMÁRIO

<b>1INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAP. 1 CONCEITO DE FAMÍLIA E SUA EVOLUÇÃO LEGAL.....</b>	<b>8</b>
<b>1.TIPOS DE FAMÍLIA.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 FAMÍLIA MATRIMONIAL.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1.1 ESTÁVEL OU FAMÍLIA CONVENCIONAL.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1.2 FAMÍLIA MONOPARENTAL.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1.3 FAMÍLIA ANAPARENTAL.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1.4 FAMÍLIA RECONSTITUÍDA.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1.5 UNIPESSOAL.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1.6 FAMÍLIA EUDEMONISTA.....</b>	<b>12</b>
<b>CAP. 2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.....</b>	<b>12</b>
<b>Conceito e como se dá este processo.....</b>	<b>12</b>
<b>CAP. 3 O PAPEL DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.....</b>	<b>14</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>

## **1INTRODUÇÃO**

O estudo consistirá em uma revisão narrativa, que tem como base descrever e discutir o tema abordado, procurando apreender experiências por meio da análise de artigos e livros. Com o intuito de ser esclarecedor e abordar conceitos da Teoria da construção da identidade infantil, bem como o papel dos pais na construção deste processo. De acordo com (BIASOLI-ALVES,2005), o estudo do contexto familiar e a sua influência sobre o desenvolvimento da criança ajudam a compreender que os papéis maternos e paternos são multidimensionais e complexos, e que podem ser observados em diferentes momentos da relação entre pais e filhos.

Por se tratar de um tema amplo discorreremos brevemente sobre os tipos de família e como é importante um ambiente familiar saudável para que a criança tenha um bom desenvolvimento.

Considerando a família como um dos principais contextos no desenvolvimento da criança, o presente tema procura estabelecer bases da argumentação para melhor compreender os fatores que podem contribuir na construção da identidade da criança, visto que estudos apontam que a maneira como a criança é criada geram consequências para que a mesma estruture sua personalidade, sendo assim os primeiros anos de vida são muito importantes para que ela construa sua identidade.

A construção da identidade da criança ocorre das interações com o meio social, sendo o primeiro local de interação a família. Vai construindo sua identidade, nas experiências vivenciadas com as pessoas próximas a ela. O objetivo dessa pesquisa será traçar as influências que a família exerce sobre o processo de construção da identidade infantil.

## **CAP. 1 CONCEITO DE FAMÍLIA E SUA EVOLUÇÃO LEGAL**

Atualmente, a ideia de família está muito mais aberta. Hoje, considera-se que família está ligada à afetividade mais do que necessariamente ao laço sanguíneo. Essa é uma evolução que se tem notado mais na sociedade ocidental. Na sociedade oriental, tem-se um outro funcionamento, as mudanças vão ocorrendo em outros passos. No ocidente, no Brasil principalmente, houve uma grande evolução no sentido da família. Segundo Venosa (2016), se olhar pelo contexto histórico, como que o estado brasileiro, a república considerava o que é ou não família, está escrito na constituição de 1.916. Essa constituição vai determinar que a família só nasce através do matrimônio. Então, o homem e a mulher se casam e, a partir dali tem uma família, que vai se constituir deles e de seus descendentes, no caso aqueles que serão seus filhos. A família era um conceito muito fechado na constituição de 1.916, justamente por essa ideia de que a família era algo constituído pelo matrimônio. E, neste caso, também não se tinha a possibilidade de divórcio, eram casamentos como se fossem negócios, ligados a um contrato social do que necessariamente a ideia de um amor, de uma afetividade duradoura.

A família matrimonializada, patriarcal, hierarquizada, heteroparental, biológica, institucional vista como unidade de produção cedeu lugar para uma família pluralizada, democrática, igualitária, hetero ou homoparental, biológica ou socioafetiva, construída com base na afetividade e de caráter instrumental (LIMA, 2018).

A evolução da família brasileira teve sua concretização não apenas nos comportamentos sociais, mas também foi estabelecida na nossa legislação atual. Essa discussão das mudanças de como se forma e de como se formavam as famílias brasileiras, remete-nos a uma noção evolutiva histórica do acompanhamento do Direito com a sociedade. O conceito de família foi abrangido, não tendo mais um caráter limitado. Sendo incluídos outros tipos de afeto, sendo reconhecida a família como entidade de respeito mútuo, fundado no princípio da dignidade da pessoa humana. As relações homossexuais foram inseridas no nosso ordenamento, reconhecendo direito ao casamento, direitos a livre expressão de pensamento (MARQUES; TEMER; SEIXAS; MENDES; ALVES, 2016).

Na década de 1970, o divórcio se tornou algo possível, do início do século XX até a década de 1970 teve pouca evolução do conceito e das ideias do que pode ser uma família. Porém, com a redemocratização, no final dos anos 1980, com a constituição de 1988, algumas coisas mudaram, e o documento foi um grande passo, no que diz respeito ao reconhecimento de famílias que não são aquelas tradicionais. Rolf Madaleno (2015, p.36) faz importante comentário acerca das mudanças ocorridas no conceito tradicional de família:



Do ponto de vista legislativo, o advento da Constituição de 1988 inaugurou uma diferenciada análise jurídica das famílias brasileiras. Outra concepção de família tomou corpo no ordenamento. O casamento não é mais a base única desta entidade, questionando-se a ideia da família restritamente matrimonial. Isto se constata por não mais dever a formalidade ser o foco predominante, mas sim o afeto recíproco entre os membros que a compõem redimensionando-se a valorização jurídica das famílias extramatrimoniais (MATOS, 2000, p.34).

Na constituição de 1988, o conceito de família foi alargado e foi possível ver a família sem um matrimônio, através da chamada união estável ou família convencional, nela vai ser possível ter família sem haver um casal, ou seja, de pais ou mãe solteira. A necessidade de haver um casal não vai ser mais a base da família em si. As pessoas, além dos laços parentais, o laço afetivo passam a ser o principal fator, no caso, se há duas pessoas que pretendem viver uma vida juntos por ter um laço afetivo, elas têm que ser reconhecidas como uma família.

Família no sentido amplíssimo seria aquela em que indivíduos estão ligados pelo vínculo da consanguinidade ou da afinidade. Já a acepção lato sensu do vocábulo refere-se àquela formada além dos cônjuges ou companheiros, e de seus filhos, abrange os parentes da linha reta ou colateral, bem como os afins (os parentes do outro cônjuge ou companheiro). Por fim, o sentido restrito restringe a família à comunidade formada pelos pais (matrimônio ou união estável) e a da filiação. (DINIZ, 2008, p. 9).

A autora define vínculo da afinidade como requisito para formação de família, já que o caráter puramente limitado a consanguinidade não é mais necessário nessas novas formas de concepções.

As autoras Dias e Reinheimer (2013) enfatizam que com o avanço das conquistas legais no plano dos direitos humanos, o conceito de família não está associado à celebração do matrimônio. Em virtude disto, o reconhecimento da homoparentalidade, por parte da população, comprova que as famílias formadas por casais homossexuais estão próximas de deter os direitos que qualquer outro modelo familiar deve possuir. Nesse contexto, sabe-se que o número de pessoas que se autodeclaram homossexuais está em expansão e como consequência a isto, o surgimento de famílias homoparentais se torna mais frequente. Assim, o Brasil possui cerca de 60 mil casais homossexuais, uma quantidade significativamente pequena diante do contingente nacional que se autodeclara homossexual, sendo respectivamente, 17 milhões de pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2011).

Em 2011, os casais homossexuais em regime conjugal caracterizam um tipo de família. Neste ano teve o grande marco da mudança do conceito de família, o Supremo Tribunal Federal

reconheceu por 10 votos à 0, que um homem tem o direito de viver em regime conjugal com outro homem, ou uma mulher com outra mulher. Em 2015, as famílias constituídas por casais homossexuais conseguiram o direito de adotar um filho(a). Este ano foi marcado porque foi nele que as pessoas passaram a ter direito ao divórcio, que é o rompimento legal de qualquer vínculo jurídico. Em 2015, houve um importante momento que foi o reconhecimento do direito de um casal homossexual adotar uma criança. Com isso tudo é possível notar o quanto o conceito de família está se modificando. Durante o século XX, por muito tempo foi dito o conceito de pai e mãe, que foi fixado inclusive pela igreja como algo indissolúvel que Deus uniu e o homem não vai separar (SANTOS, 2018).

A constituição e manutenção da família dependem de laços afetivos e não necessariamente do casamento judicial e/ou religioso, de tal forma que os princípios de reprodução e complementaridade entre os sexos passam a ser secundários; e a filiação passa a ser embasada em outros modos, nas formas de companheirismo e afetividade (DELACRUZ & UZIEL, 2014).

A adoção homoparental é entendida como a modalidade de adoção na qual o casal adotante é constituído por homossexuais ou por apenas um indivíduo que se declara homossexual (PATTERSON, 2006). A denominação homoparentalidade foi elaborada em 1996, na França, pela iniciativa da Associação dos Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicos (ZAMBRANO, 2006). Contudo, mesmo passadas duas décadas de que esse termo foi empregado pela primeira vez, ainda visualiza-se uma resistência em considerar a legitimidade aos casais homossexuais e seus filhos como família.

## **1. TIPOS DE FAMÍLIA**

### **1.1 FAMÍLIA MATRIMONIAL**

O Código Civil (2002, p. 1) expõe em seu art. 1.511 que: “O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”. O mesmo diploma dispõe os deveres conjugais no art. 1.566, *in verbis*: “São deveres de ambos os cônjuges: I - fidelidade recíproca; II - vida em comum, no domicílio conjugal; III - mútua assistência; IV - sustento, guarda e educação dos filhos; V - respeito e consideração mútuos”.

Neste tipo familiar, os mesmos direitos que um tem, o outro vai ter também, a família matrimonial é aquela que nasce através do casamento. Esse casamento não necessariamente precisa ser entre um homem e uma mulher, este matrimônio pode ser feito homem com mulher, homem com homem e mulher com mulher. Não existe a exigência que seja necessariamente

um homem e uma mulher. Neste caso, não terá a figura do chefe de família como era visto na família patriarcal. O homem e a mulher vão ter direitos e deveres iguais.

### **1.1.1 ESTÁVEL OU FAMÍLIA CONVENCIONAL**

O art. 1.723 do Código Civil (2002, p. 1) traz os requisitos para caracterização da união estável: “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. Como se verifica, basta a convivência ser pública, contínua e duradoura, com ânimo de constituição de família para que seja configurada a união estável.

Essa possui as mesmas configurações da família matrimonial, porém o casamento entre os indivíduos não possui um registro legal, não se tem a oficialização do matrimônio. Neste caso eles moram juntos, sem formalizarem essa união, e isso acaba sendo por decisão dos mesmos.

### **1.1.2 FAMÍLIA MONOPARENTAL**

É constituída por um dos pais, e os seus filhos, ou seja, moram na residência, apenas o pai ou a mãe, juntamente com os filhos. É algo muito comum, tradicional no nosso país, na maioria das vezes vemos a mãe cuidando e morando com os filhos, seja após uma separação ou uma viuvez. E isso nada mais é que um dos pais morando com seus filhos na residência familiar, caracterizando assim a família monoparental (MENEZES, 2019).

### **1.1.3 FAMÍLIA ANAPARENTAL**

É a família formada sem a presença dos pais, sem a mãe e sem o pai. Por exemplo os sobrinhos que moram com os tios, em que esses tios exercem o papel de pai e mãe. É quando a entidade familiar não possui o pai e a mãe nesse instituto, mas isso não significa que há menos amor, ou mais amor. Então, a família anaparental é quando se tem a ausência dos pais e outros familiares tomam essa posição (MENEZES, 2019).

### **1.1.4 FAMÍLIA RECONSTITUÍDA**

Pode ser chamada também de família mosaico ou multiparental, é quando uma família é feita a partir do desfazer de outras famílias que já existiam. Um exemplo é, quando a esposa vem com filhos de um outro relacionamento, e o marido vem com filhos também de um outro relacionamento, e ambos têm filhos em comum. Tem os irmãos por parte de mãe, por parte de pai e aqueles que se formam em vínculo multiparental, ou seja, filhos só da esposa que vão para

o relacionamento e os filhos só do marido que vão para esse relacionamento não são parentes consanguíneos entre si, mas se tornam uma família multiparental quando passam a viver juntos. Não precisam necessariamente morar todos juntos, as vezes os filhos desse pai podem morar com a mãe e ir passar finais de semana nessa outra família (MENEZES, 2019).

### **1.1.5 UNIPESSOAL**

É aquela formada somente por uma pessoa, ocorre em casos de pessoas viúvas ou solteiras que residem sozinhas. Essa tipificação familiar cumpre uma função, principalmente, jurídica. O entendimento como família torna impenhoráveis os bens necessários para a subsistência da pessoa (MENEZES, 2019).

### **1.1.6 FAMÍLIA EUDEMONISTA**

É aquela família unida por vínculos de afetividade, não por vínculos jurídicos e nem biológicos. Nesse tipo familiar os seus membros estão unidos pela busca da felicidade, eles tem como base criar laços afetivos e com reciprocidade, independente das relações de consanguinidade (MENEZES, 2019).

A construção da identidade é um processo que será construído nas experiências várias que a criança vai tendo com os pais, com as pessoas que são próximas a ela. Experiências essas, de onde ela colhe informações sobre quem ela é, sobre as características que tem. Na interação, as pessoas vão marcando a criança nesse corpo e, também, características de outra ordem que vão dizendo da personalidade, de traços, de como essa criança está se apresentando inicialmente. A partir de tudo que foi discutido até agora, no próximo capítulo iremos explicar o conceito de identidade, como se dá esse processo, dando ênfase na identidade infantil.

## **CAP. 2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

### **Conceito e como se dá este processo**

Quando se fala em construir a identidade, significa entender os próprios gostos e as preferências, compreender habilidades e limites, se reconhecer como sendo um indivíduo único, levando em consideração a cultura, sociedade, o ambiente e as pessoas com quem se convive. Esse autoconhecimento se dá no início da vida e percorre por toda ela até o fim. Logo que nasce, o bebê fica por um bom tempo em fusão com a mãe (fusão mãe-bebê), isso significa que ele ainda não tem capacidade para reconhecer os próprios limites e os limites do outro. O interior

da construção da identidade encontra-se nas pessoas com as quais a criança estabelece vínculos, sendo a família o primeiro canal de socialização da mesma. De acordo com Sanchis

A identidade pessoal é um processo complexo e mutável que ocorre desde o início da vida e que continua a se desenvolver ao longo dela. Entendida nas disciplinas filosóficas como "alma", tem sido redefinida como identidade pessoal a partir da psicologia. Seu estudo é amplo e levou a múltiplas e variadas definições de identidade pessoal como conceito. (SANCHIS, 2020)

A construção da identidade pessoal é, portanto, um **processo multifatorial que é retroalimentado** constantemente, em que as experiências de vida vão criando essa identidade pessoal que, por sua vez, condiciona as vivências posteriores sendo, novamente, alimentada por elas. As pessoas desenvolvem sua identidade pessoal e o conhecimento do seu ambiente a partir da experiência com seu próprio corpo, do contato e autorregulação de suas emoções, motivações e desejos e da elaboração mental de todas essas experiências internas (SANCHIS, 2020).

O bebê, desde a sua gestação, não tem consciência da existência de si mesmo, mas se relaciona com seu ambiente imediato (sua mãe) e, posteriormente, com seu corpo e suas sensações internas para **criar crenças e esquemas mentais** que integram tudo o que foi vivenciado. Aos poucos, o bebê começa a tomar consciência de sua existência e, com isso, da existência do outro e, a partir daí, vai incorporando conhecimentos ao seu redor em relação ao seu ambiente. (SANCHIS, 2020)

A curiosidade infinita da criança de saber quem é, de onde veio, se aplica a eles mesmos e não é incomum que indaguem os adultos sobre essas e outras questões. A identidade é uma construção e a base fundamental para as estruturas e pilares de sustentação construídos na infância. Logo, oferecer uma boa base para os pilares e estruturas é fundamental, ter consciência de si, de sua importância, seus gostos, sentimentos, origens, laços, culturas, nacionalidade, são coisas vitais para o desenvolvimento de uma identidade cidadã bem desenvolvida e responsável. A criança tem seu jeito próprio de compreender o mundo e é partindo de observações e estabelecendo relações com a realidade e com o meio em que a mesma aprende que se é feita a construção de sua identidade (CARVALHO, 2020).

Neste processo de construção em busca da autonomia, a criança percorre por diversos caminhos, a identidade é um processo contínuo e quanto mais alto o conhecimento que se é possuído melhor se dá este processo. Ter consciência de nós, qual o nosso papel, a nossa importância, origem, história, é o que nos permite ser atuantes nos meios em que vivemos, sem

isso nos sentimos pouco importantes e deixamos de realizar todo nosso potencial que por sua vez acaba sendo desperdiçado. Portanto, se faz necessário abordar este tema desde cedo com as crianças e com muita responsabilidade. A construção da identidade se dá por meio das interações da criança com o seu meio social, o qual acontece o primeiro momento no seio da família, e logo depois na escola. Segundo Oliveira (2005, p. 194)

A criança, desde cedo, reconhece o espaço físico ou atribui-lhe significações, avaliando intenções e valores que pensam ser-lhe próprios. Daí a importância de organizar múltiplos espaços de modo que estimulem a exploração de interesses, rompendo com a mesmice e o imobilismo de certas propostas de trabalho de muitas instituições de educação infantil. O que importa verificar não são as qualidades ou os aspectos do ambiente, mas como eles são refratados pelo prisma da experiência emocional da criança e atuam como recursos que ela emprega para agir, explorar, significar e desenvolver-se.

A sua autoimagem também é construída a partir das relações estabelecidas nos grupos em que a criança convive, num ambiente farto de interações que acolha as particularidades de cada indivíduo, promova o reconhecimento das diversidades aceitando-as e respeitando-as, ao mesmo tempo em que contribui para uma construção da unidade coletiva, favorece a estruturação da identidade, bem como a sua autoimagem. Desenvolver atividades que trabalhem a identidade das crianças é uma ótima maneira de propiciar a percepção de que elas possuem uma história de vida, fazem parte da sua família, são partes atuantes no mundo em que vivem. Esta pesquisa terá como principal objetivo compreender as influências que a família exerce no processo de desenvolvimento da identidade da criança (comportamentos, maneira de falar, de ser, de tratar as pessoas, de ver o mundo) (CARVALHO, 2020).

As relações entre as crianças têm muita divergência da relação da criança com o adulto. Os adultos compreendem, eles procuram fazer com que a criança se sinta bem, acabam facilitando as coisas para as crianças, enquanto que nas relações entre as crianças isso tudo muda. As vezes, uma criança se relaciona muito bem com um adulto, não tem nenhum problema com isso, ela consegue estabelecer uma relação tranquila com os adultos, no entanto, quando ela vai ser relacionar com outras crianças, acaba saindo briga, conflitos, tem dificuldades (CARVALHO, 2020).

### **CAP. 3 O PAPEL DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

O processo de identidade vai se construindo nas várias experiências que a criança vai tendo com as pessoas próximas dela. Experiências essas de onde ela colhe informações sobre quem ela é, sobre as características que ela tem. Na interação as pessoas vão marcando a criança,

e também características de outra ordem que vão dizendo da personalidade, traços, de como essa criança está se apresentando inicialmente. Então é necessário considerar que esse processo da identidade é essa construção gradativa, é como se fosse uma analogia a uma colcha de retalhos, onde a criança vai pegando um pouco do que cada um diz, nas brincadeiras por exemplo esse corpo vai criando forma.

Atualmente, é possível notar com mais frequência as crianças serem monitoradas, vigiadas por adultos, tem sempre um adulto por perto enquanto brincam no parque, em casa sempre tem um adulto, seja a mãe o pai ou babá, tem alguém sempre ali de olho no que as crianças estão fazendo, no que elas estão brincando. Sempre tem alguém para interferir e mediar as relações da criança. Onde a mesma tem uma infância e uma adolescência extremamente vigiadas, apesar, de eles poderem estar muito mais no mundo devido a internet, dos vídeos, eles tem um acesso a informação muito maior e há por outro lado uma vigilância também muito maior. O adulto fica ditando as regras dos comportamentos que a criança tem que ter, não dão chances para elas mesmas se desenvolverem, resolverem, fazerem suas próprias escolhas. Uma preocupação que existem muito principalmente entre os pais é quando se tem uma relação de exclusão entre as crianças. Para a criança que é excluída, ela pode se sentir não aceita no ambiente em que está, não bem-vinda pelo grupo, e ela vir a desenvolver sentimentos de baixa autoestima, de que ela não é legal, que ninguém vai gostar dela.

Uma criança autônoma tem suas decisões baseadas mais em fatos do que emoções. Por isso, é importante dar aos pequenos a chance de errar e encontrar sozinhos a solução para seus problemas. Assim, conforme o seu filho vai crescendo, ele vai ganhando inteligência emocional para resolver conflitos e investir em escolhas mais sensatas. ( CARVALHO, 2020, Online).

A mãe e o pai fazem uso de várias estratégias e técnicas para orientar o comportamento dos seus filhos, denominadas de práticas parentais. As práticas parentais se formam dentro do contexto da família e são compreendidas como as relações intergeracionais e de intimidades entre o marido, a esposa e os filhos, e são consideradas como o principal sistema de apoio para a criança (MARCARINI et al., 2010). As práticas parentais ocorrem desde o momento em que a criança nasce e os pais começam a fazer previsões pautadas em suas crenças, levando-os a moldar ou elaborar experiências para seus filhos da maneira que a mãe e o pai julgam apropriadas (MARCARINI et al., 2010).

Apesar da extrema importância dos papéis exercidos pela mãe e pelo pai, eles não são a única influência na educação dos filhos. Vygotsky (2005/1934) destaca que a criança, desde muito cedo, através da interação com o meio físico e social, realiza uma série de aprendizados,

vivencia um conjunto de experiências e age sobre o meio cultural a que tem acesso, construindo uma série de conhecimentos que absorve do ambiente e do mundo que a cerca.

Neste sentido, é importante compreender que o comportamento da criança, a partir da interação com outras pessoas, é influenciado pelo contexto da família, da escola e da sociedade, contextos que interferem diretamente no aprendizado e no desenvolvimento infantil (KOBARG; SACHETTI & VIEIRA, 2006; REGO, 2011), e que impulsionam o processo do desenvolvimento humano e "das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas" (VYGOTSKY, 1989, p. 101).

A influência dos familiares, pais vai além dos gêneses, visto que ela começa alguns meses antes do nascimento da criança. Quando uma mulher com depressão engravida, o feto tem uma maior chance de exibir anormalidades que aumentam as chances da criança de desenvolver sintomas depressivos na fase adulta. Filhos de mães com depressão tendem a desenvolver um humor mais negativo, uma maior dificuldade em conseguir regular suas emoções, tem uma maior chance de desenvolver a depressão. Pessoas que passam por maus tratos infantis ou abuso sexual, tem maiores chances de desenvolver depressão, transtorno de ansiedade, TDAH, transtornos alimentares, e realizarem tentativas de suicídio. Em muitas vezes o autor do abuso podem ser parentes, pais, padrastos ou até mesmo um vizinho próximo da família. Pais que se relacionam de forma carinhosa, consistente e clara com seus filhos, podem incentivá-los a vir desenvolver um estilo de apego seguro, e assim acabar tornando os relacionamentos futuros desse filho mais satisfatórios.

Na socialização primária, a criança vai aprender os seus saberes iniciais, os valores básicos necessários, é onde ela vai aprender o idioma, aprender o que é importante e o que não é, o que é o respeito, e porque se deve respeitar. As coisas mais básicas que vão fazer com que ela seja capaz de conviver com outras pessoas. A idade de 3 anos é considerada o auge da construção da identidade infantil, onde as crianças já começam a perceber as diferenças entre menina e menino. Nessa fase é importante o adulto, no caso algum dos pais da criança fazer brincadeiras em que a mesma possa aprender, favorecendo assim a construção da identidade da mesma.

O estudo do contexto familiar e a sua influência sobre o desenvolvimento da criança ajuda a compreender que os papéis maternos e paternos são multidimensionais e complexos, e que podem ser observados em diferentes momentos da relação entre pais e filhos (BIASOLI-ALVES, 2005). Apesar de todas as mudanças sofridas pela família contemporânea, a distinção entre os papéis dos homens e das mulheres ainda é evidente (LUZ & BERNI, 2010).



Considerando o que Biasoli-Alves disse, cada pessoa da família pode ter múltiplas influências nas suas preferências, nos valores morais e também na personalidade. Os pais possuem muita influência sobre os filhos, sejam biológicos ou não. Um fator verdadeiro é que qualquer pessoa da sua família pode gerar impactos positivos ou negativos na criança, porém os pais são os parentes cujas influências tendem a ser as mais importantes de todas.

## **CONCLUSÃO**

É importante entender que a criança se apropria de todas as influências apresentadas pelas pessoas ao seu entorno. Quando ela sai, ela mesma vai se apropriar, após um tempo ela vai sair desse contexto familiar, e vai ser inserida na escola, em um ambiente que seja mais de lazer. Toda essa circulação traz que cada sistema vai ter influências, vai possuir benefícios que vão contribuir para esse desenvolvimento.

A criança vai estar saindo de normas, regras e valores que são da sua família, para uma escola por exemplo, onde se tem pessoas diferentes, normas diferentes, e ela vai ter que aprender a se adaptar a tudo isso e a cada novo sistema que ela estiver circulando. Quando se é falado de sistemas, quer dizer que, a cultura une todos esses sistemas, então a cultura vai marcando o desenvolvimento.

Portanto, é importante entender que a criança se apropria de todas as influências apresentadas pelas pessoas ao seu entorno. Quando ela sai, ela mesma vai se apropriar, após um tempo ela vai sair desse contexto familiar, e vai ser inserida na escola, em um ambiente que seja mais de lazer. Toda essa circulação traz que cada sistema vai ter influências, vai possuir benefícios que vão contribuir para esse desenvolvimento.

A criança vai estar saindo de normas, regras e valores que são da sua família, para uma escola por exemplo, onde se tem pessoas diferentes, normas diferentes, e ela vai ter que aprender a se adaptar a tudo isso e a cada novo sistema que ela estiver circulando.

Quando se é falado de sistemas, quer dizer que, a cultura une todos esses sistemas, então a cultura vai marcando o desenvolvimento. Uma criança autônoma tem suas decisões baseadas mais em fatos do que emoções. Por isso, é importante dar aos pequenos a chance de errar e encontrar sozinhos a solução para seus problemas. Assim, conforme a criança vai crescendo, ela vai ganhando inteligência emocional para resolver conflitos e investir em escolhas mais sensatas.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Murilo. **Autonomia da criança**: o que é e por que é tão importante. Luma Escola. Disponível em: <<https://blog.lumaescola.com.br/autonomia-da-crianca/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

LIMA, E. C. A. S. S. **Entidades familiares: uma análise da evolução do conceito de família no Brasil na doutrina e na jurisprudência**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64933/entidades-familiares-uma-analise-da-evolucao-do-conceito-de-familia-no-brasil-na-doutrina-e-na-jurisprudencia>>. Acesso em: 12 set 2021.

LINS, Zoraide Margaret Bezerra et al . O papel dos pais e as influências externas na educação dos filhos. Ver. SPAGESP, Ribeirão Preto , v. 16, n. 1, p. 43-59, 2015 . Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702015000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 13 set 2021.

MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Acesso em: 14 set 2021.

MARQUES, N. S.; TEMER, M. C.; SEIXAS, F. F.; MENDES, A. A.; ALVES, L. M. N. **A evolução do conceito de família brasileira**. Revista Pensar Acadêmico. Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/85/70>. Acesso em: 15 set 2021.

MENEZES, Pedro. **Tipos de família**. Diferença. Disponível em: <<https://www.diferenca.com/tipos-de-familia/>>. Acesso em: 15 set 2021.

SANTOS, José Victor De Oliveira et al . **Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais.** Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 26, n. 1, p. 75-91, mar. 2018 . Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2018000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 set. 2021. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.1-06Pt>.

SANCHIS, Sara. **O que é a identidade pessoal:** características e como é construída. Psicologia-online. Disponível em: < <https://br.psicologia-online.com/o-que-e-a-identidade-pessoal-caracteristicas-e-como-e-construida-593.html>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SILVA, AD. **Família: a subjetividade na construção do conceito. In: Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 101-152. ISBN 978-85-7983-703-6. Available from SciELO Books . Acesso em: 13 set 2021.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direito de família.** 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016. Acesso em: 14 set 2021.